

Entre o território comunitário e o território societário: os impactos na realocação de Itueta - MG

Between communitarian and societarian territories: their impact on Itueta's relocation

Patrícia Falco Genovez¹

RESUMO: Itueta, cidade localizada no Vale do Rio Doce/MG, emancipou-se de Resplendor em 1948. Em fins da década de 1990, iniciaram-se os primeiros contatos para a realocação da população da cidade em função da construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés (Consórcio Vale-CEMIG), processo finalizado em 2005. Poucos são os trabalhos que buscam acessar dimensões relativas às emoções e às relações que emergem num processo de realocação populacional. Dada a complexidade do objeto em foco, envolvendo múltiplas dimensões, faz-se necessário uma reflexão sobre as discussões existentes em torno dos Estudos Territoriais que dizem respeito ao conceito de território e das suas tipologias; especialmente, na verificação se tais tipologias seriam adequadas para acessarmos a singularidade do caso de Itueta. Por fim, consideramos duas novas tipologias que, observadas num continuum, podem contribuir para a análise de processos de territorialização e desterritorialização: território comunitário e território societário.

PALAVRAS-CHAVES: Estudos Territoriais. Micro História. Realocação. Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). Itueta.

ABSTRACT: *Itueta is the name of quite unknown little city and district on the Rio Doce river valley (Southeastern Brazilian countryside) whose own political life begun from its emancipation as district on 1948 and end up with a hugely and dramatic experience of its people relocation. In the late 1990 a mixed company – public and private – in charge of a hydro-power dam plant building gave the kickoff of the first contacts in order of a relocation of the city's population. All those end up on 2005 with no little sufferings. Even so, one finds few studies that had in mind emotional dimensions that emerge from this kind of dramatic process of community relocation. This issue is an intricate one with a lot of dimensions in action at the same time on place. So, studies on such an issue need as first step and tool start with researches on Territorial Studies and their territory concepts and typologies. Of course, one must check these typologies and see how they are fitting when dealing with such a singularity as that of Itueta's people experience. As an exercise of such a research, seeing how much they are useful and having in mind the process of territorialization and desterritorialization, two kind of new typology are under analysis here, even if they are actually in a kind of continuum: communitarian and societarian territories.*

KEY WORDS: Territory Studies. Micro-History. Relocation. Territorialization-Deterritorialization-Reterritorialization. Itueta.

INTRODUÇÃO

A experiência da realocação da população de Itueta/MG, localizada na Mesorregião do Vale do Rio Doce e com 6.069 habitantes conforme último censo do IBGE, foi o tema de um estudo de campo realizado em junho de 2011 e suscitou uma série de questionamentos que

¹ Graduação em História. Doutorado em História (Universidade Federal Fluminense). Universidade Vale do Rio Doce (Docente do Curso de História; Docente do corpo permanente do Mestrado em Gestão Integrada do Território/Pesquisadora do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais e do Observatório Interdisciplinar do Território). Endereço: Rua Israel Pinheiro, 2.000 – Bairro Universitário. GV/MG. CEP: 35020-220. Campus Antônio Rodrigues Coelho, Bloco PVA – sala 2. patricia.genovez@superig.com.br.

envolvem desde aspectos materiais quanto imateriais. Dentre os primeiros, destacam-se os de impacto econômico e, especialmente, os ambientais. Quanto aos segundos, se sobressaem os emocionais e simbólicos. Os vários relatos colhidos em campo desnudam um objeto complexo que exige, antes de tudo, um olhar holístico e, portanto, interdisciplinar que proporcione uma aproximação do que podemos considerar como um fenômeno que beira à *singularidade* ou à *emergencialidade*. O conceito de “emergência” elaborado por, entre outros, Terrence Deacon (2012, p. 143 a 181), dá conta exatamente da “novidade”, do inesperado, da singularidade, como parece ter sido o revestimento emocional da experiência de boa parte da população de Itueta.

É importante frisar que estamos considerando a realocação dos ituetenses como um fenômeno peculiar e original haja vista que, para cada processo de realocação, subjaz um processo histórico específico que vincula os indivíduos ao espaço e requer um dinâmico percurso de figurações que constituem uma espécie de amálgama. Este vínculo entre o indivíduo e, posteriormente, entre o grupo e o espaço, ganha contornos próprios de acordo com o processo histórico que se estabelece, envolvendo inúmeras variáveis que nos levam a considerar como singulares cada uma das realocações ocorridas no Brasil; os quais, de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragem, já passa de uma centena. Esta *singularidade/emergencialidade* ganha dramaticidade à medida que conjugamos todo o processo histórico de territorialização de um determinado grupo num dado território com o processo de desterritorialização desencadeado pela construção de uma hidrelétrica. Ambos os processos não só possuem percursos específicos como, em função dessa especificidade, adquirem intensidades próprias e, portanto, resultados particulares em cada caso.

De um modo geral, os estudos que versam sobre a construção de barragens e os impactos gerados antes, durante e após tais procedimentos tratam mais diretamente os aspectos ambientais e sociais e de sua intrínseca relação com o conceito de desenvolvimento sustentável, como relata Almeida e Régis (2003), Bermann (1992), a Comissão Mundial de Barragens (2000), Fearnside (1999), Kohlhepp (1999), Sauer (2002), Moret (2005 e 2006) e Sigaud (1994). Entretanto, dada a complexidade do objeto em foco, envolvendo múltiplas dimensões, faz-se necessário uma reflexão sobre as discussões existentes em torno dos Estudos Territoriais que dizem respeito ao conceito de território e das suas tipologias; especialmente na verificação se tais tipologias seriam adequadas para acessarmos a singularidade do caso de Itueta. Para realizar tal tarefa propomos inicialmente abordar em linhas gerais o processo de territorialização e desterritorialização da população da cidade de Itueta a partir dos relatos de seus moradores, colhidos durante a pesquisa de campo; para, num segundo momento, discutir a validade das tipologias postuladas por autores de diferentes abordagens territoriais.

DA TERRITORIALIZAÇÃO À DESTERRITORIALIZAÇÃO DE ITUETA: PISTAS PARA UM CONTEXTO

Os pequenos relatos sobre a história da cidade, colhidos em campo, expressos em forma discursiva, nos revelam uma dimensão mais ou menos clara da história percebida do processo de territorialização ocorrido; mas o que nos interessa são alguns elementos escondidos (GINZBURG, 1989, p. 143-180). Neste sentido, a relação entre memória e História se torna central no desafio de uma narrativa que almeja o discurso sobre a percepção dos informantes. Essa relação tem sido alvo de muitas discussões teóricas que questionam os usos do passado e da memória como pressupostos essenciais no ofício do historiador, enquanto articulador de um dado discurso historiográfico. Do ponto de vista historiográfico mais atual, descarta-se o passado imutável e busca-se o passado vivido, compreendido como processo que emerge de memórias constituídas numa dinâmica temporal que forja um tempo distinto entre o passado e o presente (RICOEUR, 2010; LE GOFF, 1994; NORA, 1993).

Outro problema que se coloca é quanto a essência individual e/ou social da memória. A reatualização das teses de Halbwachs mostra o significado da memória na reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente (HALBWACHS, 2006). Por outro lado, a filosofia do sujeito, proposta por Paul Ricoeur, mostra a eficácia da narrativa na elaboração de uma identidade do sujeito que ao compreender-se a si mesmo também se faz compreender pelo outro através do ato de narrar. Este aspecto torna a memória uma prática intencional que não só reconstrói o passado, mas o revive ao deixá-lo vir à tona, expressando afetividades, lutas e identidades (RICOEUR, 1991). É com estes pressupostos que trabalharemos os relatos colhidos em campo, lembrando que os mesmos expressam uma dada perspectiva do processo de erradicação que compreende visões de moradores de Itueta que participaram ativamente enquanto protagonistas dos fatos relatados e de outros moradores que não exerceram um protagonismo direto; suas narrativas abarcam uma totalidade que encerra um sentido próprio às temporalidades e espacialidades relatadas (RICOEUR, 2010, v. 1, p. 118). Ao todo foram 10 relatos, alguns mais intensos, outros mais sutis. Entretanto, todos reveladores. O grupo pertence a uma faixa etária entre 40 e 60 anos; todos nascidos em Itueta. Optamos por não mencionar os nomes reais dos informantes uma vez que alguns temem certos enfrentamentos com o consórcio construtor da barragem.

A decisão de utilizarmos apenas os relatos colhidos na pesquisa de campo para compormos o processo histórico que configurou a territorialização de Itueta pode parecer a uma primeira vista questionável se pensarmos nas exigências epistemológicas da História. Essa decisão tem duas razões: a primeira, diz respeito à historiografia sobre a região nordeste de Minas

Gerais, onde se localiza a cidade de Itueta. Praticamente, inexistem coleções de estudos monográficos que possam embasar uma abordagem histórica consistente sobre a cidade em foco. Segundo, propositadamente, não partiremos de uma “História Científica” de Itueta mas buscamos exatamente acessar as histórias que foram internalizadas em seus moradores e que permanecem na memória de cada um, conferindo identidade e ligando-os a um espaço que, gradativamente, tornou-se um território.

Com base na percepção de tempo linear expressa nos relatos, a História que os informantes revelam transforma os acontecimentos ocorridos numa sequência de causa-efeito, onde cada movimento ou personagem encaixa-se numa cadeia de eventos cuja narrativa é postulada nas permanências e nas continuidades, amarrando uma fase após a outra como se houvesse uma dada “naturalidade” ancorada nos fatos elencados. Trata-se de uma História que é repetida entre os informantes, desconfortáveis sempre com o imprevisto da realocação e posterior erradicação da “velha” Itueta. Se pensássemos em termos epistemológicos, estaríamos diante de uma perspectiva positivista que é posta em xeque por um evento desestruturante que não encontra nos fatos e eventos anteriores um vínculo claro e objetivo (DEACON, 2012). Este acesso, via narrativa, nos coloca mais próximos das prerrogativas da Micro História que, embasada no cotidiano das pessoas, ilumina detalhes e fatos corriqueiros que, por tal características, dificilmente são considerados pelos manuais de História. Serão, portanto, os indícios que nos servirão de trilha neste percurso (GINZBURG, 1989).

Em termos espaciais, a partir de algumas narrativas, nos é possível compor um cenário com três núcleos: ao norte da cidade, a colônia dos alemães; do outro lado do Rio Doce, a colônia dos italianos; e o núcleo onde surgiu a sede do município. Este último espaço, mais precisamente, passou a ser povoado a partir da chegada de um fazendeiro que adquiriu terras quando se deslocou de Palmas (Muriaé) para a região do Vale do Rio Doce. Ele e o grupo que o acompanhou buscavam novas possibilidades de investimento com a extração da madeira e o plantio de café, além de outros produtos agrícolas. Os relatos, em geral, são organizados a partir de uma percepção histórica linear que compreende o surgimento/origem, o desenvolvimento, o auge, a estagnação e a erradicação da cidade de Itueta e a realocação de sua população.

O modelo de territorialização ocorreu, portanto, a partir de núcleos, formados por grupos de famílias produtoras agrícolas. O ponto central da consolidação da sede e do desencadeamento da emancipação foi o desenvolvimento gerado entre as décadas de 1910 e 1950. Historicamente, sabemos que as imigrações alemã e italiana datam da segunda metade do século XIX, mas, neste caso, as levas de imigrantes de alemães e de pomeranos chegaram ao Brasil logo após a Primeira Grande Guerra. Eles aportaram no Espírito Santo e acabaram avançando território adentro num movimento semelhante aos primeiros imigrantes, se estabelecendo mais no interior e atuando na zona rural (BASSANEZI, 1995, p. 3-35). No caso de Itueta esse contingente populacional somou-se a famílias de descendentes, já estabelecidas no

Espírito Santo, que estavam em busca de terras para ocupar. Em Ituetá, os alemães e os pomeranos formaram a Vila Nietzel.

Do outro lado, na parte sul, os imigrantes italianos formaram a Vila de Quatituba. Os imigrantes italianos, assim como os imigrantes estabelecidos ao norte, também se estabeleceram na zona rural, com uma base familiar, numa comunidade onde os casamentos preferencialmente ocorriam dentro do próprio grupo e desenvolveram outras características típicas de grupos semi-isolados (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

Para o escoamento da produção de ambos os núcleos e daquele que inicialmente se estabeleceu no que viria a se constituir na sede do município, projetou-se uma estação ferroviária. Nas proximidades da próspera fazenda do fundador da futura cidade, formou-se um povoado e, logo em seguida, a estação às margens do Rio Doce. Deste ponto em direção à colônia alemã eram aproximadamente 20 quilômetros e, em direção à colônia italiana, aproximadamente 11 quilômetros.

Os núcleos iniciaram um processo de aproximação que, pela fala de seus moradores, foi amplamente sustentado pelas festas. Nas datas festivas, com a duração de até um mês, os núcleos se encontravam conforme descreve, de modo um tanto quanto idealizado, o informante Pedro: “[...] era uma coisa que unia e tornava aquela comunidade uma família, num volume maior. Mas todo mundo vivia como se fosse uma única família”.

Todo o processo de territorialização no qual as famílias de alemães, pomeranos, italianos e aquelas oriundas da Zona da Mata estavam inseridas, gradativamente, levou à constituição de redes específicas e configurou relações sociais e de poder que perpassavam os três núcleos básicos. Tanto no meio rural quanto no meio urbano às margens da ferrovia e do rio, essas redes permearam o modo de apropriação do espaço e de alocação de cada membro do que viria a constituir essa “grande família” que se organizava com claros traços comunitários, conforme o discurso dos nossos informantes. Mais uma vez a perspectiva idealizada de uma comunidade chama a atenção e, de certa forma, ameniza ou simplesmente desconsidera a existência de conflito no discurso dos informantes. A ideia da comunidade também serve como elemento homogeneizador da própria construção da memória sobre os eventos e configura uma percepção única tanto do processo histórico quanto da relação dos moradores e, no caso, dos informantes a respeito da cidade, equalizando os níveis de afetividade e de trauma para todos os envolvidos no processo de erradicação.

Diante deste contexto amplo, apresentamos uma chave de leitura e alguns elementos gerais da experiência de erradicação de Ituetá, tendo um foco mais atento aos detalhes e não tanto ao panorâmico. Será, portanto, a partir de indícios, a partir da fala de seus moradores, numa perspectiva que nos aproxima do historicismo, que buscaremos os elementos centrais da

experiência do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) de Itueta ante a sua nova fase.

Este processo inicia-se nas primeiras décadas do século XX e apresenta um ponto de inflexão na década de 1990. Em 1993, de acordo com Pedro, foram feitas as primeiras visitas de engenheiros de um consórcio estabelecido entre a Vale e a Cemig que visava a construção de uma hidrelétrica em Aimorés. Com a formação do lago, de acordo com João, seria necessária a realocação da população de Itueta para outro lugar. Ele relata:

Sente saudade, tudo mais... Mas não foi traumático, digamos assim. A não ser talvez por uma questão até pitoresca que é a questão do cemitério que, passados 10 anos, não decidimos o que fazer. [...] até hoje é o cordão umbilical que existe lá. Então do ponto de vista financeiro nós fomos bem recompensados. Agora, eu acho que houve um incrível engano em termos econômicos e de sonho do futuro dessa comunidade aqui, porque viemos para um lugar teoricamente 100% esgoto tratado, asfaltado, tudo lindo, mas viemos pobres como éramos. [...] Construiu-se muito às pressas [...] as casas não tem estrutura [...] só tijolos. Então, a maioria já está rachada e em área de aterro... Refaz, daí a pouco está rachado.

Outro informante, Pedro, faz um paralelo entre as festas da “velha” Itueta e da “nova”. Ele configura um cenário distinto e complementar àquele produzido por João e outros informantes:

A convivência, aquele calor humano que havia na velha Itueta deixou de existir. Tanto que todo mundo desde que veio para cá não colocou sua vida no lugar, então chega à tarde não tem os encontros na praça mais, que era o ponto de referência. Então todo mundo sete horas da noite, todo mundo, encontrava todo mundo. Todo mundo chamava [“nova” Itueta] cidade das filas porque havia aquela rede da Cemig... Os postes certinhos... Então todo mundo caçava a sombra. Não era fila para nada era só para esconder do sol. Não tinha uma árvore. O sol aqui é muito forte, lá já tinha uma proteção.

Em meio ao cenário da “velha” Itueta, Pedro fala do crescimento das árvores, apagando qualquer vestígio e impedindo a trânsito dos antigos moradores. Logo a seguir, revela outras nuances sobre o processo de desterritorialização vivenciado por todos.

A nossa história, dos mais antigos, ficou interrompida, praticamente. Porque reiniciar em uma vida nova é muito difícil. Os novos se adaptam com facilidade num lugar diferente. Mas, para nós... Já éramos moradores radicados aqui há tantos anos..., tanto faz sair daqui para uma nova Itueta ou ir para outro lugar qualquer. Para nós era a mesma coisa (?!). Para nós não íamos nunca esquecer nossas raízes... Porque desde criança nós sabemos da história toda com detalhes. [...] Ninguém queria sair daqui. Nós sabíamos que tínhamos que sair porque não era Itueta que iria impedir que uma hidrelétrica fosse construída, mas não havia necessidade de conduzir o empreendimento como foi. Se tivesse sido feito paulatinamente, com tranquilidade, dando condições para todo mundo sair daqui com condição igual ao que a gente tinha aqui. Lá havia possibilidade de fazer a cidade com o mesmo traçado. Esse era um sonho dos antigos, mas, infelizmente foi totalmente atropelado. O Plano Diretor da cidade que nós queríamos não foi ouvido. [...] O acordo era que depois que todo mundo tivesse lá,

então começaria a destruição. Não houve... Simplesmente entraram num acordo às portas fechadas, de tal maneira que a prefeitura fechou as portas aqui de tarde, noutra dia abriu na nova cidade. Mudaram de noite, aí... Então a população que ficou aqui, ficou sem aquela uma coisa de defesa. Quem podia nos dar um apoio grande para ficar aqui e ir para lá só depois que tivesse 100% organizado de acordo com aquilo que tinha feito nos termos do compromisso? Porque foi feito um termo de compromisso só que eles alteraram tudo aquilo que estava no termo e as autoridades foram aceitando. De repente saiu a cidade sem estrutura boa.

No local onde se localizava a “velha” Itueta, outro informante, José, buscava retomar, em meio à mata que já crescia, a cidade existente em sua memória. Sem qualquer vestígio aparente que acusasse a existência de uma cidade no local, José caminhava por entre o cascalho, o matagal e algumas árvores, mostrando uma cidade invisível.

O cartório ficava naquela moita verde que está lá. [...] Aqui era a praça. Perto, aqui era minha casa. Tinha mil metros [quadrados] de terreno. Acabou tudo. O pé de manga era festa todo ano para os alunos de escola. Aqui seria a Rua Ana Maria. A rua principal era a Coronel Osório. É... tem mais movimento dos pescadores nesse local. Temos a agencia bancária, comércio e a Praça Castelo Branco. A água da inundação está chegando ao centro da cidade. A praça era aqui. Dava para ter deixado a praça... bonita a vista da noite. Eles não cumpriram o combinado. Era para construir a cidade primeiro, mas fomos levados de qualquer maneira. Pouco tempo. Menos de um mês já estava tudo lá demolido. Acho que uns 30% foi inundado.

O processo de desterritorialização na perspectiva das mulheres da comunidade também revela uma narrativa dramática. Assim como no caso dos relatos masculinos, também nos referiremos às senhoras que falaram sobre a realocação com nomes fictícios. A primeira a falar foi Maria. Ela nos forneceu um panorama da realocação da população e da erradicação da cidade; relatou um pouco mais sobre a associação de moradores que passou a vivenciar a mudança em tempo integral, o que gerou até mesmo atropelos na vida pessoal dos envolvidos. Em seus relatos, após o primeiro contato em 1993, apontado anteriormente por Pedro, outros se seguiram, mas sempre em caráter esporádico. No ano seguinte, em 1994, o consórcio solicitou que a população se organizasse para efetuar a transferência da sede da cidade. Mas como não houve uma continuidade nas conversas, os moradores consideraram que seria desnecessária uma organização consistente.

Com o passar do tempo, os contatos foram se tornando mais frequentes e no cotidiano pacato da cidade podia-se ouvir ao longo do dia explosões feitas nas pedreiras adjacentes, especialmente, quando a Vale já havia iniciado a transferência dos trilhos da estrada de ferro em cidades próximas que também seriam afetadas pela construção da hidrelétrica. Neste momento, a população percebeu que havia se formado uma espécie de cerco: “[...] de um lado, a construção

da barragem, de outro as obras da estrada de ferro que tinha seu traçado alterado; agora passaria no meio da parte urbana de Itueta”.

Quanto mais as obras se aproximavam da cidade, mais o sentimento de impotência crescia e foi justamente neste momento mais crítico que o consórcio iniciou a efetivação da realocação da população e posterior erradicação de Itueta. Essa situação trouxe, segundo Maria, um sentimento geral de impotência e, quando o consórcio abriu os trabalhos de negociação efetiva da transferência, ficou difícil organizar algum tipo de resistência.

Uma vez decidido o local onde se estabeleceria a nova cidade, o consórcio iniciou os trabalhos de aterramento ou nivelamento e abertura de ruas. O grupo de moradores solicitou que se mantivesse o traçado da antiga cidade, mas, em virtude das características do relevo, não foi possível. À medida que as novas casas eram construídas na nova cidade iniciavam-se as negociações na velha Itueta. Os moradores ribeirinhos, já seduzidos, foram os primeiros a negociar e aceitar a sua retirada. [...] a cada caso de negociação os tratores entravam na cidade e demoliam a casa daquele morador que aceitara, levando o caos ao cotidiano dos vizinhos. As retroescavadeiras pareciam retirar até os alicerces das casas... Em minutos não sobrava nada. Essas ações geravam um sentimento de fim do mundo para todos ao redor. Aquele antigo vizinho não estava mais lá... Não fazia mais parte da comunidade.

Maria lembrou que as demolições tornavam ainda mais expressivo o fatalismo diante da situação imposta pelo consórcio.

Como a cidade era pequena e todos se conheciam, sempre que um entrasse no escritório do consórcio, todos sabiam que a negociação estava sendo feita e logo o trator entraria em ação na casa dele. À medida que a demolição avançava gerava um sentimento de que não havia mais nada a fazer. A comissão buscava manter as reuniões, mas, a demolição do prédio onde funcionava a prefeitura e a demolição da igreja causou um grande abalo na comunidade.

Neste momento da narrativa de Maria, Paula ressaltou que muitos moradores passaram mal ao verem a demolição da igreja. “Muitos tinham suas vidas fortemente atreladas ao campo religioso e viviam praticamente em função da igreja e suas atividades. Foi traumático para a população que ainda estava na cidade ver a igreja em ruínas”. O estado psicológico da população parecia fragilizado, especialmente quando as explosões se tornaram diárias e na medida em que os trabalhos de demolição avançavam modificando drasticamente as referências espaciais dos moradores que ainda permaneciam no local. Paula ressaltou que a sensação de estar entre dois canteiros de obras era perturbador: “De um lado, os moradores vendo as falhas ou vazios na vizinhança e a demolição dos prédios de referência de toda a população da comunidade; de outro, a nova cidade, que se fazia realidade a cada dia, longe do rio e sem os trilhos do trem”, já que os trilhos não passariam dentro da “nova” Itueta e nem mesmo se manteria a velha estação.

Neste ponto da narrativa, as doceiras Bernadete e Júlia relataram a grande tristeza sofrida com a perda da estação. Sem o local para a venda dos doces produzidos, Bernadete sentenciou: “A vida acabou”. A impossibilidade de retomar a produção dos doces não se dava apenas em função da demolição da estação, mas também pelo novo arranjo das casas construídas pelo consórcio. A cozinha pequena não permitia a atividade das doceiras que, em função de rixas e concorrências, não aceitaram trabalharem juntas numa cooperativa, cujo espaço fora projetado pelo consórcio.

Um ponto que chamou a atenção foi narrado por Júlia: a solidão sentida na “nova” Itueta. Os motivos do estado de solidão foram então esclarecidos: “[...] na transferência os moradores não mantiveram as antigas vizinhanças já que as casas foram negociadas de acordo com os valores de avaliação”. Em outras palavras, na “velha” Itueta a população foi se apropriando do espaço e transformando-o à medida que a rede urbana ia crescendo e ganhando novos contornos. “Na ‘nova’ Itueta foi diferente. O consórcio construiu grupos de habitações seguindo as faixas de valores. Assim, quem tinha uma casa no valor de X se estabelecia no bloco de casas desse valor na ‘nova’ Itueta. No momento da transferência ninguém sabia do paradeiro do vizinho”. Posteriormente, todas relataram a falta de horizonte e a dificuldade em traçar planos para o futuro e consideraram o aumento do alcoolismo, dos casos de depressão e de suicídio na cidade como um indicativo do trauma sofrido quando da realocação.

O processo de desterritorialização descrito pelos nossos informantes revela um desconforto de difícil mensuração e só pode ser plenamente compreendido se levarmos em consideração o processo de territorialização. No primeiro movimento, de apropriação do espaço e transformação do mesmo em um território capaz de abrigar três núcleos populacionais um ponto em comum facilitou a dinâmica entre os grupos: todos haviam se fixado articulando famílias que, aos poucos, configuraram a cidade a partir de suas redes e, especialmente, de suas relações sociais. Nesse sentido, cabe uma reflexão mais apurada sobre a contribuição dos Estudos Territoriais para a compreensão de um fenômeno de tamanha magnitude e, como já afirmamos, de significativa *singularidade/emergencialidade* (DEACON, 2012).

O PROCESSO DE TDR DE ITUETA EM MÚLTIPLAS ABORDAGENS

Tratar do processo de TDR do município de Itueta à luz de uma abordagem territorial exige, em primeiro lugar, uma definição clara sobre o escopo dessa empreitada, especialmente porque esse processo inclui uma realocação. Por Estudos Territoriais estamos considerando as pesquisas e o esforço de reflexão de geógrafos de importantes matrizes de pensamento que

envolve tanto as tendências francesas quanto a alemã e a italiana; cada uma delas, evidentemente, com as suas especificidades. De qualquer forma, as décadas de 1990 e 2000 foram muito férteis para a retomada da discussão do conceito de território que já vinha ocorrendo desde os anos 1950 e 1960. Entre os nomes de referência para a reflexão efetuada no Brasil podemos citar Santos, Ianni, Haesbaert, Souza e Saquet (SAQUET, 2007, p. 75 a 96). Os geógrafos brasileiros têm inspiração variada, mas, de forma geral, o ponto de partida é sempre retomar a proposição do conceito de *território* proposto por Ratzel, seguindo com as propostas de Raffestin (1993) cujo conceito ganha novos contornos, saindo de uma formatação voltada para o Estado-Nação. Outros autores compõem as discussões que gradativamente ganham impulso, como é o caso de Sack (1986) e Soja (1993). Muitos desses autores enveredaram por uma matriz materialista e os poucos que buscaram uma abordagem alternativa citam como grande inspirador Jean Gottmann (1973), numa perspectiva humanista.

É evidente que o quadro que acabamos de traçar é apenas indicativo e nem de longe pretende realçar todas as contribuições e nuances que cada um dos autores citados poderia nos fornecer. Um balanço mais profundo e consistente sobre a temática fugiria à proposta inicial deste ensaio. Contudo, nos preocuparemos em apontar algumas das contribuições que tais perspectivas trariam para o caso da realocação da população de Itueta.

Tomando como referência, em primeiro lugar, a perspectiva materialista – vertente predominante nas pesquisas sobre território - podemos observar que subjaz uma leitura marxista que confere relevo às relações econômicas ou de produção. O reducionismo econômico se sobressai naquelas leituras marxistas mais ortodoxas. A materialidade dessa vertente se encontra estreitamente vinculada à própria materialidade do território, identificado ao espaço físico e à Terra. Dentro dessa vertente há, por um lado, os naturalistas que estabelecem uma relação entre a definição de território e o comportamento animal. Por outro lado, temos a perspectiva social que considera a base material e as relações de produção os fundamentos para a compreensão do conceito de território; nesse sentido, podemos ter uma aproximação maior com aspectos econômicos ou com aspectos jurídico-políticos. Para o primeiro subgrupo dos materialistas, de cunho naturalista, faltam instrumentais teóricos que possibilitem acessar a relação sociedade-natureza a partir de uma visão híbrida, o que enriqueceria a proposta (HAESBAERT, 2006, p. 42 a 68).

No caso de uma visão econômica, seríamos levados a pensar o território de Itueta a partir dos seus recursos. Dessa forma, todo o processo de territorialização seria lido a partir dos interesses de exploração dos recursos naturais existentes. Essa perspectiva pode ser percebida no relato de João, quando este narra a chegada do avô ao local, cuja intenção central era a extração de madeira e a possibilidade vantajosa de cultivo do café e criação de gado. Muito provavelmente, esta percepção também tenha impregnado as narrativas dos outros dois núcleos, de italianos e alemães/pomeranos. Ambos chegaram a formar colônias com interesse direto na

capacidade produtiva da terra. Mas, nenhum dos três núcleos explica a permanência, o apego e a identificação com o território de Itueta ao longo do período de estagnação e posterior decadência econômica. Se o que os levou para lá, num primeiro momento, se restringia aos recursos naturais; com o fim dos mesmos o que justificaria a permanência? É bem verdade que dos quase 15.000 habitantes que Itueta chegou a ter no seu período auge apenas pouco mais de um terço permaneceu por lá.

Teríamos, portanto, nesta perspectiva, uma compreensão parcial sobre o processo de territorialização de Itueta e sua manutenção enquanto território que congregou diferentes núcleos populacionais. No entanto, o mesmo argumento para a formação do território aparece no momento crítico de sua desarticulação. Nossos informantes relataram em vários momentos, conforme expresso no item anterior, que a proposta de realocação da população de Itueta para outro local pareceu, a uma primeira vista, extremamente interessante e foi lida por todos como uma chance de retomar o desenvolvimento local. Seria a oportunidade de “ouro” que todos esperavam. A realocação seria uma espécie de recomeço, sob novas bases, com uma perspectiva de futuro com melhores condições de vida, seja no campo econômico como no social e cultural. A ideia de se reterritorializar parecia sedutora e a “nova” Itueta poderia trazer o retorno de investimentos e novas perspectivas no campo industrial. A sedução parece ter sido mais forte que a dificuldade de pensar no processo de desterritorialização. Todos relataram a dor de deixar a cidade; de vê-la destruída e riscada do mapa. Mesmo decadente, Itueta representava algo que o econômico não poderia traduzir ou reduzir.

Na visão jurídico-política vincula-se território aos fundamentos materiais do Estado. Mesmo superando a noção de Estado-Nação ratzeliana, essa visão lança um olhar para o conceito de território atrelado ao caráter político. Dessa forma, ganham espaço na discussão as relações de poder, onde os autores que se destacam são Raffestin (1993), Sack (1986) e os geógrafos brasileiros Souza (2009) e Haesbaert (2005, 2006).

Esses pressupostos possibilitam uma compreensão distinta do território de Itueta. A visão jurídico-política aparece nos relatos no momento da emancipação da cidade. Embora não tenha sido literalmente citada nos relatos, em todo processo de desmembramento sabe-se da importância da formação e organização de um grupo com legitimidade suficiente para o pleito; assim como das articulações políticas de âmbito local e regional que sustente a proposta. Este fato marca não somente o início do surgimento da sede de Itueta, mas também seus momentos finais no antigo território, quando um grupo de moradores formou uma associação para tratar a transferência junto ao consórcio. Na narrativa de Pedro ficam marcadas as disputas de poder que emergem de diversos flancos: a associação, a igreja, a prefeitura e o consórcio. Por esse âmbito, o conceito de território focado nas relações de poder espacialmente delimitadas e operando como

um campo de forças explicaria em parte os embates e as dificuldades enfrentadas que levaram a um amortecimento da ação da associação nos momentos finais do processo de realocação (SOUZA, 2009; SAQUET, 2009). Nos relatos femininos, percebe-se que a entidade que representava os moradores não conseguia se manter no centro gravitacional do poder para exigir o cumprimento dos acordos, por interferência de outro poder instituído, o municipal. A demora nas definições e a tentativa de acolher os detalhes da transferência tornaram-se um fator desfavorável no campo de forças e o consórcio passou a trabalhar diretamente com a prefeitura e a igreja.

Essa perspectiva nos fornece subsídio para revelarmos um território que se manifesta apenas nas entrelinhas do campo de forças que abrigava os variados grupos. Entretanto, embora a visão jurídico-política proporcione uma compreensão da relação dos grupos em confronto faltam elementos para acessarmos a configuração de cada um dos atores envolvidos no processo. Em outras palavras, as relações de poder em si mesmas revelam a dinâmica, porém não a explica. A fala de Pedro é bem reveladora ao afirmar que todos sabiam que deveriam sair. Entretanto, o que ninguém consegue explicar até hoje é porque a realocação ocorreu de maneira tão dramática e, para alguns, até traumática.

Num contraponto à perspectiva materialista, a proposta idealista encara o território como um signo, “[...] cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve” (HAESBAERT, 2006, p. 69). A partir desse pressuposto trabalha-se a perspectiva do pertencimento e da identidade. Longe de uma visão utilitarista, o território passa a implicar uma forte relação espiritual que cada indivíduo estabelece com o lugar onde nasceu e cresceu. Assim, “[...] pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os vivos não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado” (HAESBAERT, 2006, p. 73).

Joel Bonnemaison (1980), ao descrever a relação cultural entre os habitantes das Ilhas Hébridas com o solo, revela uma dimensão a ser considerada e que pode nos orientar para uma compreensão mais aguçada do caso de Itueta. Para o autor, nas Ilhas Hébridas, cada grupo político constituído pela reunião de um ou de diversos clãs se *encaixa* num território. Ressalta que entre o ser humano e a terra a identificação é total. Bonnemaison (1980) lembra que, na ideologia do costume ou da tradição local, o ser humano é como uma planta, biologicamente vinculado à terra; deve viver e morrer ali onde nasceram e foram enterrados os seus ancestrais. A maior parte dos mitos, por outro lado, narram que os seres humanos saíram das árvores, das rochas ou de animais situados em seu território de apropriação. Esta adequação entre os seres humanos e o seu território faz dos costumes ou usos tradicionais uma cultura profundamente enraizada no solo (BONNEMAISON, 1980, p. 183).

A partir dessa perspectiva idealista é possível considerar uma relação visceral entre os moradores de Itueta e o território da antiga cidade. Há também possibilidades de explorarmos os diferentes vínculos estabelecidos por cada núcleo populacional que formou o município. Nesse

sentido, o território projetado durante a visita acompanhada por José torna-se um território considerável, embora simbólico. A cidade que salta da memória do nosso informante é, de fato, a cidade invisível que emprestava sentido ao território circunscrito geograficamente num mapa político. As ruas, as casas, os amigos, parentes e vizinhos; os lugares de encontro e as rochas; assim como as árvores, que hoje servem de guia e identificação, são os elementos que unem os ituetenses àquele território e, curiosamente, é tudo do que mais sentem falta na “nova” Itueta.

Mas, assim como a perspectiva materialista não consegue dar conta daquilo que está além do território material, a perspectiva idealista também não pode reduzi-lo ao simbólico. Deste impasse surgem duas outras perspectivas: a relacional e a integradora. A primeira traz como grandes expoentes Sack (1986) e Raffestin (1993) e postula o território construído a partir de relações sócio históricas e, de forma mais estrita, de relações de poder. Nessa perspectiva, o território é movimento, fluidez e interconexão e implica uma temporalidade; daí a importância de sua historicidade. É na processualidade que a territorialidade, compreendida como uma qualidade necessária na construção de um território, media uma relação de poder que refletirá numa estratégia de controle de uma área. A relação de poder que se estabelece nestes termos produz uma identidade uma vez que nomeia, classifica e separa os indivíduos e os grupos sociais. Todo o processo encontra-se envolto não apenas por uma dimensão política, mas também cultural.

Neste sentido, explica-se a necessidade de todos os informantes remeterem suas narrativas a uma dada processualidade. Todos apresentam uma necessidade visceral de retornar a certo “mito de origem” que a partir de uma temporalidade inaugural, permeada pela configuração dos três núcleos, organiza os movimentos que constituíram o território de Itueta. Nesta configuração estão mapeados e relacionados os vários núcleos e as relações de poder que permearam o cotidiano tanto das gerações anteriores quanto das atuais, especialmente nos momentos festivos e políticos (eleições).

A segunda, a perspectiva integradora, ousada e bastante complexa, busca integrar as múltiplas dimensões, econômica, política, cultural e natural. Seria o que Chivallon considera uma “experiência total”. O desafio, portanto, seria compor uma abordagem que acessasse uma perspectiva tão ampla, capaz de abranger toda a história humana. A viabilidade de uma abordagem dessa amplitude talvez exigisse algumas circunscrições a determinados contextos histórico-sociais (HAESBAERT, 2006, p. 74 a 78). Despojando-se de uma abordagem unidimensional:

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottmann e

Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebem estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção ‘híbrida’ (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2006, p. 79)

Baseando-se em Lefebvre, Haesbaert (2006, p. 93 a 96) postula um território que se desdobra num *continuum* sociedade-espaço e que vai de uma dominação político-econômica de cunho funcional à apropriação mais subjetiva cultural-simbólica. Dessa maneira, os processos de territorialização podem compor-se de uma ênfase mais ou menos funcional ou simbólica, sem necessariamente excluir uma das esferas de dominação; fato que será ressaltado pela processualidade de cada grupo ou sociedade. Essa proposta se expressaria a partir de “[...] dois tipos ideais ou referências ‘extremas’ frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. Enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro” (HAESBAERT, 2005, p. 6777).

Olhar a experiência de Itueta a partir de tais lentes seria extremamente elucidativo, embora de difícil apreensão dentro desta noção de “experiência total”, e teremos que levar em conta não somente os processos de territorialização e desterritorialização já considerados em outros pontos mas estabelecermos uma correlação entre estes e as percepções de cada grupo sobre eles e sua influência no processo de reterritorialização na “nova” Itueta. Além disso, há que se relacionar ao território uma dimensão do vivido ou, em outras palavras, considerar a angústia de cada morador ao se deparar com uma cidade sem suas iconografias; considerar a “cidade invisível” existente em cada experiência, registrada em cada memória. Sem dúvida seria possível, por meio desta proposta, uma apreensão mais complexa da singularidade da realocação da população de Itueta, mas mesmo com tamanho esforço, é preciso registrar, seria possível apenas uma aproximação de alguns percursos, o que não nos permitiria uma apreensão em sua totalidade. Provavelmente, o maior de nossos desafios seria, com certeza, percorrer o *continuum* entre o funcional e o simbólico, como nos sugere Haesbaert, marcando as diversas temporalidades e espacialidades dos atores envolvidos.

Em suma, consideramos os pressupostos acima bastante significativos para compreender o processo de realocação da população de Itueta, tanto para considerar seus aspectos históricos de formação do território quanto do momento mais crítico, quando de sua desarticulação em função da construção da hidrelétrica. De fato, teríamos um bom instrumental teórico para essa compreensão já que seria possível incorporar tanto os aspectos materiais/funcionais quanto àqueles subjetivos/simbólicos. Entretanto, dadas as circunstâncias do processo histórico de formação de Itueta julgamos pertinente sugerir outra tipologia, para além daquelas já postuladas por Haesbaert (2005, 2006).

O MODELO COMUNIDADE-SOCIEDADE E A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Os tipos ideais sugeridos por Haesbaert (2005) responderiam bem sobre os aspectos funcional e simbólico, mas não revelariam suas matrizes. Essas só se expressam no processo histórico e pelo que pudemos levantar, em linhas gerais, estamos diante de uma sociedade tradicional com mesclas difusas de uma sociedade moderna e burocrática (WEBER, 1999). Mas, dadas as especificidades dos relatos, consideramos a necessidade de um mergulho para além da proposta weberiana de tipos ideais tradicional/burocrático. Os relatos dos próprios moradores de Itueta sempre remetem à comunidade e todo o processo histórico de formação territorial foi embasado em laços estreitos, como revela Pedro ao dizer que as festas tornavam “[...] a comunidade uma família, num volume maior. Mas todo mundo vivia como se fosse uma única família”. São os próprios moradores que nos remetem ao mestre de Max Weber, Ferdinand Tönnies (1947). Inclusive, durante o trabalho de campo, tivemos acesso não só ao Hino de Itueta como, surpreendentemente, ao Hino da Comunidade.

Itueta, nossa comunidade/ és orgulho dos jovens filhos teus/ Nosso berço, nossa querida cidade/ chovam bênçãos sobre ti dos altos céus./ Nós queremos ser amigos de verdade/ do operário, do doutor, do cidadão/ que cooperam com nossa comunidade/ tendo sua honesta profissão./ Coleguinhas deste grupo unidos vamos/ trabalhar pra engrandecer nossa nação/ estudando, agindo, labutando/ imitando os bons exemplos dão./ Trabalhemos, pois, colegas, com orgulho/ procurando alcançar o bem comum/ Seja nosso lema: um por todos/ e também “todos por um”. (CASTRO, 2001, p. 94)

Foi Tönnies quem formulou pela primeira vez os conceitos de comunidade (Gemeinschaft) e sociedade (Gesellschaft) (TÖNNIES, 1947). Embora admirador de Marx, Tönnies se distancia de uma vertente materialista na medida em que sustenta como fundamento da sociedade as relações e não a economia. Nesse sentido, nos permite um diálogo mais direto com o conceito de território baseado em relações de poder ou, numa perspectiva mais ampla, em relações sociais. Isto posto, se o território é definido a partir de relação, Tönnies formulou duas chaves de leitura significativas para acessarmos as diferentes sociabilidades que permeiam o território, o recortam e configuram sentido. Através destas chaves é possível uma sociogênese e a composição não só de uma teoria da mudança social como de um mapa analítico das sociabilidades, expresso também territorialmente.

Assim, se podemos pensar num tipo ideal de território que se estabelece num *continuum* que vai do funcional ao simbólico, também podemos propor outra tipologia que, dentro de um *continuum*, vai do comunitário ao societário. Passemos, portanto, a uma breve

apresentação do autor e da distinção entre esses dois constructos conceituais que embasam a nova tipologia expressa acima.

Ferdinand Tönnies é considerado um dos grandes expoentes da Sociologia alemã, tendo influenciado autores como Max Weber e Georg Simmel. Pode-se apontar em seus estudos a influência do pensamento marxista e hobbesiano. Sua obra magna, “Comunidade e Sociedade” (publicada em alemão, em 1887), expressa uma reflexão crítica à Sociologia da Europa Ocidental, especialmente às tradições do utilitarismo inglês e do positivismo francês. Desta forma, o movimento alemão criticava a ‘corrida cientificista’ propagada pela França e demonstrava “[...] um profundo desprezo a tudo que se propusesse reduzir a complexidade da vida a sistemas racionais que, segundo os artistas e filósofos alemães, se apresentariam apenas como aproximações teóricas grosseiras” (ARENARI, 2007, p. 37). A cientificidade da vertente francesa, pautada em cálculos e métodos rígidos não alcançaria os detalhes e as sutilezas da linguagem da vida.

A partir desta visão de mundo Tönnies postula suas categorias sociológicas. “Toda vida de conjunto, íntima, interior y exclusiva, deberá ser entendida, a nuestro parecer, como vida en comunidad”² (TÖNNIES, 1947, p. 19-20). Num contraponto aos aspectos da vida em comunidade, “La sociedad es lo público, el mundo”³ (TÖNNIES, 1947, p. 20). À *Gemeinschaft* (comunidade) corresponde o comportamento afetivo, vinculado à vontade natural/essencial, levando os homens a se tratarem como fins em si. À *Gesellschaft* (sociedade) corresponde o comportamento racional, vinculado à vontade arbitrária/racional, levando os homens a se tratarem como meios. Tais conceitos de vontade revelam a aproximação entre a psicologia e sociologia e mostram a intenção do autor em buscar na “[...] vida interior do indivíduo os pressupostos de desenvolvimento das formas de socialização” (ARENARI, 2007, p. 39).

As relações comunitárias seriam determinadas pela vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco e se originaria de uma consciência de dependência mútua, como sugerem os inúmeros exemplos relatados por Tönnies (1947, p. 43 a 45). O “gérmen” da comunidade estaria na família e apresentaria essas três formas: a comunidade de sangue (família), a comunidade de lugar (pequena cidade) e a comunidade de espírito – que requer ação coordenada e uma meta comum (TÖNNIES, 1947, p. 32 a 35). A vizinhança é, portanto, o caráter geral da convivência no povoado, onde a proximidade dos domicílios, os bens comuns ou a mera contiguidade dos campos determina numerosos contatos entre os homens e faz com estes se acostumem a tratar-se e conhecer-se mutuamente. A amizade se estabelece independentemente do parentesco e da proximidade, como condição e efeito de atuações e concepções coincidentes. Este vínculo se conserva mediante reuniões frequentes. Numa situação de convivência com características urbanas, que coloque em xeque a percepção da proximidade e o conceito de

² Tradução livre: Toda vida de conjunto, íntima, interior e exclusiva, deverá ser entendida, a nosso ver, como vida em comunidade.

³ Tradução livre: A sociedade é o público, o mundo.

vizinhança, surge a forma de comunidade de espírito que gera uma espécie de localidade invisível (TÖNNIES, 1947, p. 34). “Esses padrões de relações comunitárias se realizariam territorialmente através de três núcleos espaciais: a casa, a aldeia/vila e a cidade” (BRANCALEONE, 2008, p. 100).

Em contraste com a comunidade, a sociedade teria uma base artificial. Assim se a comunidade exerce um movimento centrípeto, a sociedade gera um movimento centrífugo. Em síntese, Tönnies afirma que tanto na comunidade quanto na sociedade se constrói círculos de homens: “[...] mientras em la comunidad permanecem unidos a pesar de todas las separaciones, en la sociedad permanecem separados a pesar de todas las uniones”⁴ (TÖNNIES, 1947, p. 65). No âmago dessas diferenças, a vontade arbitrária produzida pela sociabilidade mercantil muda o foco da economia, antes doméstica, e a reorienta pela medida do cálculo, do tráfico e do contrato. Se antes o cidadão dirige seu olhar para dentro da comunidade agora a classe mercantil o dirige para fora. “Todo este territorio es sólo mercado para ella, mercado de adquisiciones y de colocación de productos”⁵ (TÖNNIES, 1947, p. 83). Neste processo, os fortes laços de sociabilidade alcançados com a consanguinidade, com a proximidade e os costumes se enfraquecem imersos em uma rede de sociabilidade pautada na razão, no cálculo e no interesse. Os atos societários se expressam por contratos, diferentemente dos atos comunitários que se expressam através da palavra. Pautada na vontade geral, a sociedade não examina caso a caso e presume as trocas mediante a entrega de um equivalente (TÖNNIES, 1947, p. 74).

Dadas em linhas gerais a caracterização dos conceitos de comunidade e sociedade é importante frisar que os mesmos não se encontram em estado puro, mas tendem a formar mesclas com intensidades variadas, reveladas mediante uma sociogênese. Dessa forma, podem-se ver sociedades com sobrevivências de laços comunitários, assim como comunidades com determinadas práticas sociais que caracterizam sociedades. Há, portanto, que pensar tais conceitos não isoladamente e nem de forma binária, mas num continuum. Além disso, os conceitos apresentados por Tönnies possuem um forte vínculo territorial o que nos permite agregá-los a uma nova tipologia, como já indicado acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴ Tradução livre: enquanto na comunidade permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade permanecem separados apesar de todas as uniões.

⁵ Tradução livre: Todo este território é somente mercado para ela, mercado de aquisições e de oferta de produtos.

Com base nestes pressupostos, a realocação de Itueta ganha novos contornos que contribuem com as perspectivas expostas anteriormente. Além dos pontos passíveis de análise já levantados nas perspectivas anteriores as tipologias de Território Comunitário e Território Societário nos aproximam mais da essência dos relatos uma vez que acessam a dinâmica da sociabilidade configurada espacialmente em Itueta, antes e depois da realocação.

Se no primeiro momento do processo histórico de formação de Itueta há uma predominância clara de um Território Comunitário, amplamente favorecido pelos vínculos familiares que configuraram os três núcleos populacionais; num segundo momento, quando dos trabalhos iniciados pelo consórcio para remoção da população, as demolições não foram e nem poderiam ser sentidas apenas como a destruição de casas e ruas. Embalados pela vontade natural/essencial a destruição na verdade se dava num outro plano, na localidade invisível que a comunidade espiritual havia consolidado. Neste sentido, o contrato e o ressarcimento financeiro pelas moradias não foram lidos como uma troca justa já que outros valores permeavam as relações anteriormente estabelecidas.

Além disso, o padrão de sociabilidade imposto pelo consórcio configurava-se predominantemente societário, onde não cabia a análise de cada caso. As indenizações da realocação podem ter representado um elemento extremamente devastador já que pautado em valores financeiros e não nos vínculos comunitários. Dessa maneira, extirparam-se as redes de sociabilidade existentes no momento da realocação e gerou o sentimento de desenraizamento não só ocasionado em relação a um novo território, mas, especialmente, porque sem as redes a sensação de solidão e isolamento se tornaram hiperdimensionadas.

Daí é possível compreender o apelo pela manutenção do antigo traçado urbano da velha Itueta e o sentimento de impotência relatada por Maria. Ela relatou, conforme já indicado, as negociações com os moradores ribeirinhos que se transferiam para as novas casas. A angústia de todo o processo marca a destruição visível dos três níveis que configuravam o padrão de sociabilidade da comunidade: a casa, a vizinhança e os lugares comuns. As negociações levavam à demolição das casas, gerando o caos para os vizinhos do entorno. Sem as redes de sociabilidade, a “velha” Itueta se tornava sombria a cada demolição. O cenário aterrador de uma destruição invisível que colocou a cidade entre dois canteiros de obras foi bem caracterizado por Paula.

E podemos dizer que a vida acabou mesmo... Aquela vida comunitária configurada em um longo processo histórico que se manteve com as festas frequentes, lembradas por Pedro e José, e a consciência de ajuda comum, que se verifica no Hino à Comunidade, de fato não existe mais. Sem um período de transição e uma preparação adequada, Itueta saiu de um dado lugar no *continuum* impregnado de forte coloração comunitária para outro ponto marcadamente societário, permeado por uma vontade social arbitrária e externa aos interesses da antiga comunidade. É bem provável que ainda seja possível revigorar alguma mescla comunitária que os ajude a

configurar certo hibridismo nesta nova condição societária. Ou, que, talvez, com o tempo, outras amarras comunitárias venham a se configurar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. & RÉGIS, M. **Cartilha Águas Sem Barragens** – Campanha interestadual contra a implantação de barragens na bacia Araguaia-Tocantins. São Luís: s/ed., 2003.
- ARENARI, B. Ferdinand Tönnies e o romantismo trágico alemão: revisitando um clássico esquecido. **Perspectivas online**, Vol. 1, n. 4, pp. 35 -49, 2007.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. de L. (Org). **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, v. 1, 1995. pp. 01-38.
- BERMANN, C. Energia, meio ambiente e miséria: os paradigmas da nova ordem. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fund. SEADE, vol. 6, nº 1 e 2: 43-51, jan/jul 1992.
- BONNEMAISON, J. Espace géographique et identité culturelle en Vanuatu (ex Nouvelles-Hébrides). **Journal de la Société des océanistes**, 36(68), 1980, pp. 181-188.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 39, n. 1, pp. 98-104, 2008.
- CASTRO, A. B. **Itueta: retrato de uma época**. Belo Horizonte: Jard Produções Gráficas, 2001.
- COMISSÃO MUNDIAL DE REPRESAS. **Represas y Desarrollo – Um nuevo marco para la toma de decisiones**. London: Earthscan Publications Ltd., 2000.
- DEACON, T. W. **Incomplete Nature: How Mind Emerged from Matter**. New York: Norton, 2012.
- FEARNSIDE, P. M. Impactos sociais da barragem de Tucuruí. In: HENRY, R. (ed.) **Ecologia de Reservatórios: Estrutura, Função e Aspectos Sociais**. São Paulo: UNESP, 1999. pp. 219-244.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Pp. 143-179.
- GOTTMANN, J. **The significance of Territory**. Charlottesville: Va. University of Virginia Press, 1973.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005. pp. 6774-6792.
- HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- KOHLHEPP, G. Grandes projetos de barragens no Brasil: problemas ecológicos e sócio-econômicos. **Revista de estudos Ambientais**, Blumenau, v.1, 50-61, jan/abr 1999.

- LE GOFF, J. Documento e monumento. In: _____. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP, 1994. pp. 525-539.
- MORET, A. de S. **Campanha popular Viva o Rio Madeira Vivo**. Porto Velho: s/ed., 2006.
- _____. **Viva o Rio Madeira Vivo- Diga não às barragens**. Porto Velho: s/ed., 2005.
- NICOLI, S.; SIQUEIRA, S. Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: PADILHA, B. (org.). **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa**. 1ª ed. **Atas do II Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa**, Lisboa/Portugal: ISCTE-IUL, 2012, v. 1, pp. 29-42.
- NORA, P. Entre história e memória; a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto história**, São Paulo: EDUC, n. 10, p. 7-28, dez, 1993.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Volumes I, II e III. Campinas: Papyrus, 2010.
- _____. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1991.
- SACK, R. D. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 73-94.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAUER, I. L. Reestruturação do setor elétrico brasileiro. In: BRANCO, A. M. (org.). **Política Energética e crise de Desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 117-225.
- SIGAUD, L. **Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas**. São Paulo: EDUSP, 1994. Coleção Documentos série Ciências Ambientais 16.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 57-72.
- TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

Recebido em 06/07/201

Aceito em 09/10/2014